

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.559.670 - RN (2019/0232232-5)**

**RELATORA** : MINISTRA NANCY ANDRIGHI  
**AGRAVANTE** : ESHO EMPRESA DE SERVICOS HOSPITALARES S.A  
**ADVOGADOS** : LUIZ FELIPE CONDE - RJ087690  
RICHARD LEIGNEL CARNEIRO - RN009555  
**AGRAVADO** : JOSE AILTON CARDOSO DE MORAIS  
**AGRAVADO** : MARIA DE FATIMA DE SOUZA MAIA  
**ADVOGADO** : EDUARDO CEZAR CARDOSO LOPES - RN007005B  
**INTERES.** : PAPI PRONTO SOCORRO E CLÍNICA INFANTIL DE NATAL  
LTDA  
**ADVOGADO** : KARINA AGLIO AMORIM MARQUES - RN010779

### **EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS MATERIAIS E COMPENSAÇÃO POR DANOS MORAIS. FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA 283/STF.

1. Ação de reparação de danos materiais e compensação por danos morais.
2. A existência de fundamento do acórdão recorrido não impugnado – quando suficiente para a manutenção de suas conclusões – impede a apreciação do recurso especial.
3. Agravo conhecido. Recurso especial não conhecido.

### **DECISÃO**

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto por ESHO EMPRESA DE SERVIÇOS HOSPITALARES S.A, contra decisão que negou seguimento a recurso especial fundamentado, exclusivamente, na alínea "a" do permissivo constitucional.

**Agravo em recurso especial interposto em:** 19/04/2019.

**Concluso ao gabinete em:** 03/10/2019.

**Ação:** de reparação por danos materiais e compensação por danos morais ajuizada pelos agravados em face da agravante.

**Sentença:** verificando a ocorrência de prescrição, julgou liminarmente improcedente o pedido inicial, extinguindo o feito com resolução do mérito.

**Acórdão:** deu provimento à apelação do agravado, nos termos da seguinte ementa:

# *Superior Tribunal de Justiça*

EMENTA: CIVIL, PROCESSUAL CIVIL E CONSUMIDOR.

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS MATERIAIS E IMATERIAIS. DECISÃO QUE DECLAROU EXTINTO O FEITO, RECONHECENDO A OCORRÊNCIA DA PRESCRIÇÃO TRIENAL COM BASE NO ART. 206, § 3º DO CÓDIGO CIVIL. PRESCRIÇÃO AFASTADA. RELAÇÃO CONSUMERISTA. APLICAÇÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL QUINQUENAL, PREVISTO NO ART. 27 DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. REFORMA DO JULGADO VERGASTADO QUE SE IMPÕE. RETORNO DOS AUTOS À ORIGEM PARA REGULAR PROSSEGUIMENTO. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. (e-STJ, fl. 125).

**Embargos de Declaração:** opostos pelo agravante, foram rejeitados.

**Recurso especial:** alega violação do artigo 206, § 3º, V, do Código Civil, sob o fundamento de que, ao revés do firmado no aresto recorrido, o prazo prescricional a incidir na hipótese é trienal. Entende, para tanto, ser o caso de aplicação do Código Civil e não do Código de Defesa do Consumidor.

## **RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.**

**Julgamento:** aplicação do CPC/2015

### **- Da existência de fundamento não impugnado**

O Tribunal de origem, ao examinar o tema, assim decidiu:

Portanto, em se tratando de demanda consumerista, que envolve prestação de serviço, a prescrição contida no CDC, enquanto Lei Especial, se sobrepõe à legislação geral (Código Civil).

Ademais, as disposições expressas no Código Civil são subsidiárias, e ainda que houvesse conflito entre as leis, a melhor hermenêutica é no sentido de aplicar o regramento mais favorável ao consumidor.

Assim, há de incidir no caso, com fundamento na regra de interpretação disposta no art. 1º, parágrafo § 2º da Lei de Introdução ao Código Civil, o prazo prescricional previsto no art. 27 do CDC.

Outrossim, conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça, **a relação paciente (consumidor) - hospital é consumerista, pelo que deve se aplicar o Código de Defesa do**

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **Consumidor**

[...].

Por conseguinte, no caso sob análise, a menor Aline Souza de Moraes, filha dos autores, faleceu em 13/09/2011, conforme Certidão de óbito acostada às fls. 13v, tendo a presente demanda sido ajuizada em 01 de setembro de 2016, ou seja, dentro do prazo prescricional quinquenal previsto no art. 27 do CDC. (e-STJ, fls. 129/130).

Nota-se, portanto, que o Tribunal de origem, ao firmar a aplicação do artigo 27 do CDC para regular a prescrição na espécie, o fez por entender que a relação entre paciente e hospital é de consumo.

Contudo, a parte recorrente, em seu recurso especial, limitou-se a aduzir que o prazo prescrição para reparação civil advinda de responsabilidade contratual e extracontratual é trienal, nos termos do Código Civil.

Destarte, não obstante as razões ora aventadas, verifica-se que o agravante não impugnou o fundamento utilizado pelo TJ/RN, qual seja, existência de relação de consumo entre paciente e hospital, razão pela qual deve ser mantido o acórdão recorrido. Aplica-se, na hipótese, a Súmula 283/STF.

Forte nessas razões, **CONHEÇO** do agravo e, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15, **NÃO CONHEÇO** do recurso especial. Deixo de majorar os honorários de sucumbência recursal, visto que não foram arbitrados na instância de origem.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar na condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

**MINISTRA NANCY ANDRIGHI**  
**Relatora**